ACTA N.º 21

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 31-03-25**

----- Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: --

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----
António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Fernando Jorge Vieira Maurício e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Carlos Manuel Dores Alves, Maria João Gil dos Santos Grácio, Dominique Gaspar Ventura, Telmo Alexandre Guerra Menino e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, a senhora: -
Andreia Correia Pereira Dias Domingos. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----
Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **O Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, senhor Rui Cardoso Maurício, não se fez substituir, mas apresentou justificação para a ausência. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a Senhora Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, a Vice-Presidente Tília dos Santos Nunes e os Vereadores, Senhores, José Francisco Leote, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Rui Pedro Dias Gonçalves, Anabela Carvalho e Luís José da Silva Forinho. -----

----- **O Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar a palavra à Primeira Secretária, deputada Maria Fernanda Alves, para efetuar a chamada dos elementos que se encontram notificados, para substituição dos deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias e pediram substituição. -----

----- **António Manuel Henriques Miguel**, substitui o deputado Mário André Balsa Gonçalves, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- **Fernando Jorge Vieira Maurício**, substitui o deputado Pedro Miguel Calado Gomes, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- **Carlo Manuel Dores Alves**, substitui o deputado Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- **Maria João Gil dos Santos Grácio**, substitui a deputada Susana Paula Matos Vieira da Cruz, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- **Vítor Manuel Gonzales Segura**, notificado para substituir o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias, foi notificado, mas não compareceu nem justificou a sua ausência. -----

----- **Andreia Correia Pereira Dias Domingos**, substitui o deputado Pedro Manuel Faria Gonçalves, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que esta sessão, por ser extraordinária, terá apenas os quatro pontos da Ordem de Trabalhos constantes do Edital, recordando que as deliberações são aprovadas em minuta, de acordo com o nosso Regimento. -----

----- De imediato, **Senhor Presidente da Assembleia** entrou nos assuntos da Ordem do Dia. -----

----- ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

“**APRECIACÃO DA PROPOSTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO**, ao abrigo do n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Todos os pontos foram aprovados por unanimidade em Reunião de Câmara e toda a documentação foi dada a conhecer atempadamente. -----

----- Pede a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Antes de mais, cumprimentar os colegas deputados, colegas autarcas da Câmara Municipal, funcionários que nos acompanham nestas jornadas, senhora Chefe de Gabinete e todas as pessoas que nos acompanham lá em casa. Boa noite a todos. -----

----- Volvidos longos anos, temos hoje aqui uma proposta de revisão do PDM. Se calhar, nunca pensámos, num horizonte próximo, ter aqui uma proposta, a apreciar nesta casa, a esta distância do início do processo, foi desencadeada a doze de fevereiro de dois mil e um. -----

----- Passámos demasiado tempo sem um instrumento adequado, de organização espacial de gestão daquilo que é o espaço da nossa terra. -----

----- Demasiadas vezes tivemos de apontar nesta sala, com o recurso excessivo aos planos de pormenor e isto não defende discutir a legitimidade, mas a necessidade de dar resposta cabal àquilo que os indicadores demográficos e a procura, nos diziam em surdina. -----

----- Em dois mil e dezasseis, finalmente, o processo teve um novo impulso, mas tardaram oito anos até ao dia de hoje. Não por responsabilidade dos técnicos da autarquia, ou dos autarcas deste Município, mas por uma indefetível e intransigente posição da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----- Esse alheamento ao terreno, colocou-nos durante anos num paradoxo técnico, sem olhar às pessoas que fazem cada território. -----

----- Foi e é esta a nossa batalha, que nos convoca a todos que estão aqui nesta sala e convocou, com toda a certeza, os que nos antecederam durante este período. -----

----- Não estão em causa zonas de expansão. Estamos a falar de zonas consolidadas num território que é, na génese e no futuro, urbano. Isto, sem deixar de lado aquilo que se pretende numa cidade atrativa: a qualidade de vida. -----

----- Se o desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras, não se encontra sentido em estabelecer *REN'S* com duzentos metros quadrados, nem se encontra sentido em limitar sem qualquer adesão à

realidade dos interessados legitimamente constituídos dos cidadãos em relação ao uso do solo. -----

----- Hoje é um dia feliz e importante para o Município do Entroncamento. Que possamos, a partir de agora, ter um instrumento que nos dê a possibilidade de ter um território mais próximo daquilo que todos almejamos. -----

----- Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora Presidente da Câmara. -----

----- Usou da palavra a Senhora **Presidente da Câmara**: Boa noite a todos os senhores deputados, aos presentes e aos que nos seguem em casa. -----

----- Não havendo questões, o documento é do conhecimento geral desde dois mil e dezoito, data em que foi posto em Discussão Pública, mas, desde então até agora, o que mudou foi, face das sugestões da discussão pública, aspetos muito pontuais. -----

----- Penso que é importante dizer que não poderiam ser aspetos relevantes porque já não tínhamos comissão de acompanhamento que, por Lei, se extingue em data anterior à colocação do documento em Discussão Pública. Mas em aspetos pontuais, pequenos acertos, como por exemplo, os lotes de terreno cujas traseiras confinam com a A23, por exemplo, a seguir à *Soladrilho*, devido a uma delimitação, digamos que exagerada, ou para além do que era legalmente exigível da área no edificante, significou que estes lotes, nas suas traseiras, quem quisesse fazer um pequeno alpendre, não o podia edificar. Todos os moradores que estavam nessa situação, vieram pedir essa alteração e nós achámos que sim e ficou consagrada dado que, na classificação do solo, não implicava mudanças de fundo. -----

----- Depois também houve uma outra sugestão que não foi aceite, por exemplo, todos os pedidos para aumentar o índice de construção em altura no centro da cidade. Entendemos que o que estava em causa eram zonas já com grande densidade de construção e que não trazia uma mais-valia para a cidade, mas apenas para um ou outro proprietário que tinha interesse nesse aumento. -----

----- E foi sensivelmente este o raciocínio, um ou outro pequeno acerto de extrema. Por exemplo, ali a seguir à A23, há uma zona de edificação dispersa, talvez de uma forma pouco refletida, tinha-se feito uma mancha para identificar essa zona de edificação dispersa, que tinha um recanto, recanto esse que ia fazer com que uma das pessoas, que tinha aí uma habitação, ficasse prejudicada em relação aos vizinhos e não justificava. Portanto, alinhámos, respeitando as distâncias e a servidão que representa a conduta da EPAL, e em vez de fazer ali um bico, alinhámos essa delimitação dessa zona de edificação dispersa. -----

----- Portanto, foram assim questões muito, muito pontuais que nem a CCDR nem a EPNA levantaram qualquer questão. De facto, o que demorou foi a delimitação da REN, porque neste momento, após dois mil e dezoito, é que se iniciou a discussão com a APCCDR para a aprovação da REN e, o Entroncamento, que é um concelho urbano, custa a acreditar que tivesse demorado estes anos a encontrar uma proposta de reformulação dos limites da REN que obtivesse o consenso, quer da APA, quer da CCDRLVT. -----

----- Penso que saberão, mas quem está em casa poderá não saber, a delimitação da REN começa pela definição da REN bruta, que é a aplicação de um determinado algoritmo ao concelho e, de acordo com o terreno, a tipologia, a morfologia, a ocupação, independentemente das edificações, é definida uma mancha de REN bruta que ocupa o concelho todo. E depois vamos pedindo exclusões, com as diversas fundamentações. -----

----- Fizemos dez propostas de exclusão e, em cada uma, a APA ia pedindo mais um esclarecimento ou levantando mais uma questão que não tinha levantado anteriormente. -

----- Mas conseguimos chegar a bom porto e o que importa é que temos hoje um documento, que peca por tardio e por isso mesmo não será já o documento mais atual

face à realidade. Os nossos estudos de caracterização da população, do socioeconómico, do território, obviamente que estão desatualizados. Já tem uns bons anos, houve grandes modificações, mas é muito importante, de facto, que este documento seja aprovado, porque enquanto não for aprovado, também não se pode pensar na sua revisão e há um prazo pelo qual ele deve vigorar sem qualquer alteração. Permite consolidar o que é hoje aqui apresentado e pensar melhor as alterações que serão necessárias no futuro, face à visão de quem estiver a gerir os destinos da terra e a nossa evolução socioeconómica. ----

----- Explicar também à população, porque, obviamente, isto é um atraso que não nos engrandece, mas é uma solução que traz algum conforto a todos. -----

----- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto um da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número um da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e um votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Dominique Ventura**, para apresentar a declaração de voto da Bancada do Partido Social Democrata, que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Conclui-se finalmente hoje a revisão do PDM, depois de terem decorridos 24 anos, desde o seu início, já no longínquo ano de 2001. -----

A primeira conclusão a retirar é a excessiva duração desta revisão: -----

1. Após entrarem em vigor, os PDM dos municípios não podem ser alterados durante 3 anos. -----

2. Depois desse período, o PDM tem um prazo máximo de validade de 10 anos, desde a sua publicação no Diário da República. -----

3. Mas deve ser revisto antes da conclusão desse prazo, sempre que as suas disposições sejam consideradas inadequadas, ao crescimento e desenvolvimento do concelho que, como se sabe, é sempre uma realidade dinâmica e evolutiva. -----

E hoje mais do que nunca! -----

A segunda conclusão é a excessiva burocracia desta revisão: -----

1. As entidades supra-municipais têm mais autoridade que o município, no seu próprio território. -----

2. Se existe um simplex para os processos de licenciamento urbanístico seria também adequado proceder a um simplex nos processos de revisão do PDM. -----

Como terceira e última conclusão, mas como uma das mais importantes, consideramos que o investimento desenvolvido pelos vereadores do PSD em termos de trabalho neste PDM foi muito importante: -----

1. Como se compreende, dada a importância, para um concelho, de um documento como o PDM, decidimos trabalhar exaustivamente para apresentar um conjunto de sugestões que considerávamos decisivas para o desenvolvimento do território. -----

2. Todo esse trabalho resultou num extenso documento, com propostas sobre o regulamento do PDM, contendo propostas com novos traçados viários e correção de outros e alterações ao uso do solo, como, por exemplo, a ampliação do Parque Verde do Bonito. -----

3. Foram ainda feitas algumas propostas sobre a edificabilidade e o espaço habitacional. -----

Mas as opções propostas, que visavam claramente uma melhoria global das condições de vida na cidade não foram na sua expressão mais significativa, aceites para análise. -----

No entanto, não é por isso que deixaremos de aprovar este PDM. -----
Mas que fique claro, aprovamos apenas porque é essencial termos em vigor um quadro
legal de gestão territorial do município. -----
Mas, reiteramos, este não é o PDM que queremos e defendemos para a cidade. -----
E prometemos já que proporemos a sua revisão logo que seja legalmente possível. -----
O PDM que defendemos traduzirá, em todas as suas dimensões, uma cidade moderna,
inclusiva e sobretudo sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.» -----
----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Andreia Domingos**, para apresentar a
declaração de voto da Bancada do Centro Democrático Social – Partido Popular, que se
transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Para o CDS-PP a revisão deste PDM é algo que nos deve deixar envergonhados
enquanto políticos. São 24 anos para uma revisão que, à luz do que aqui se viu, não é a
revisão de ninguém, nem o PDM que se pretende. É de lamentar que a Comissão de
Acompanhamento tenha terminado antes da chegada das propostas dos Vereadores do
PSD assim como da população em geral, o que impossibilitou que as propostas
pudessem ser, pelo menos, avaliadas. -----

Com isto, queremos juntar-nos à Declaração Final da bancada do PSD, reforçando que,
em qualquer dos cenários políticos dos próximos anos, o CDS-PP irá apresentar uma
proposta de revisão do PDM, logo que o prazo legal para o efeito seja cumprido.» -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**, para apresentar a declaração de
voto da Bancada da Coligação Democrática Unitária, que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«A CDU considera importante a aprovação deste PDM. Este PDM resolve problemas de
há muito tempo e que em muito prejudicam tantas pessoas. -----

Contudo, não é este Plano Diretor Municipal que procura resolver os problemas de
habitação no Entroncamento. E, talvez, ainda bem! -----

A inexistência expressiva de zonas dispersas de expansão para a construção e
especulação imobiliária, não é errada. Errada seria se fosse mal feita, em baixa altura, e
assim prejudicar a expansão inevitável da nossa terra. -----

Contudo, antes da construção, insistimos, uma vez mais, na necessidade de
requalificação dos imóveis e das habitações degradadas, principalmente no centro da
nossa cidade. -----

Continua tudo por fazer. -----

Temos um centro da cidade descuidado, abandonado, desprezado e que não serve
ninguém. -----

Para quando a reabilitação, em vez da construção, igual há que se tem registado há
décadas e décadas?» -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia**, entrou de seguida no ponto dois da Ordem de
Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

**“DESAFETAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL A LOTEAMENTO
MUNICIPAL – ZONA INDUSTRIAL LOTE OI 4, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do
artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação” -----**

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A proposta foi aprovada
por unanimidade na reunião de Câmara Municipal, conforme documentação que foi
distribuída a todos e é do conhecimento de todos. -----

----- Dado que ninguém quis intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor
Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e um votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“**ALTERAÇÃO AO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA**, de acordo com o n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro, na sua redação atual.” -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -----

----- Fez uso da palavra a **Senhora Presidente da Câmara**: Esta alteração tem a ver com um aspeto muito simples, que é o seguinte: no nosso Plano Municipal de Ação Climática, prevemos ações de sensibilização à população, na matéria da poupança de energia, eficiência energética, saber ler a fatura, saber escolher os eletrodomésticos. Enfim, um conjunto de matérias relacionadas com a poupança de energia e informação às pessoas. Mas não previmos, porque não era obrigatório, e achámos, naquela altura, que não valeria a pena a criação de um balcão físico com a afetação do recurso humano, que pode ser uma pessoa que já exista na Câmara. Entretanto, foi publicado um aviso de financiamento, tendo em conta dotar os municípios com recursos necessários a esta matéria, porque se entende que é de facto importante, mas havia a exigência de o Plano Municipal prever a criação de um balcão físico de atendimento. É essa alteração que vem. O prazo para fazermos esta alteração, terminava hoje. Nós já temos a candidatura feita, já temos tudo preparado e, entretanto, o prazo foi alterado para o próximo mês de maio. -----

----- Este é o esclarecimento que posso dar. Isto são planos complexos e grandes, são documentos extensos e penso que esta explicação resume o essencial do que se passou. --

----- Passou-se de seguida à votação deste ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e um votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de imediato no ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO**, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

---- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**, para informar que, durante a discussão e votação deste ponto, a senhora deputada Paula Carloto vai ausentar-se momentaneamente. -----

-----Dado que ninguém manifestou vontade de se pronunciar sobre o ponto em debate, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora Presidente da Câmara. -----

----- A **Senhora Presidente da Câmara** esclareceu: As alterações que veem são muito cirúrgicas, têm a ver apenas com o tarifário social, para adaptar às exigências da ERSAR e julgo que a informação é clara. -----

----- Passou-se de imediato à votação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

VOTACÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos, ao público, aos senhores da Comunicação e a quem acompanhou esta sessão. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram 21 horas e 28 minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta.

----- A presente ata, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____